

Eixo Temático 5: Política e Gestão Educacional

## **QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS**

Verônica Soares Fernandes - Fundaj

### **RESUMO**

As transformações das últimas décadas demandaram mudanças na organização da sociedade brasileira, demandando uma revisão no sistema educacional, as referências do padrão de qualidade do ensino. Na busca dessa qualidade, em 2007, o Ministério de Educação, em parceria com Estados e Municípios, iniciou o Plano de Ações Articuladas que visa “contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência e desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de educação básica” e se reporta à “ações supletivas e redistributivas destinadas à correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do Ensino” dos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Procurando identificar o alcance das concepções de educação presentes nos documentos oficiais brasileiros, a pesquisa realizou uma análise textual dos discursos sócio-políticos dos(as) secretários(as) de educação das regiões norte e nordeste do Brasil. Os resultados da pesquisa evidenciaram proximidade dos enunciados da qualidade social da educação na perspectiva da educação republicana e coexistência de elementos do discurso da qualidade total com o da qualidade social da educação.

Palavras-chave: **política educacional – qualidade da educação - dirigentes municipais**

## 1 Introdução

O Plano de Ações Articuladas (PAR) instituído pelo Ministério da Educação em 2007 possui caráter plurianual e tem por objetivo “contribuir para a melhoria das condições de acesso, permanência e desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de educação básica” e se reporta à “ações supletivas e redistributivas destinadas à correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do Ensino” dos municípios selecionados com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que aderiram ao “*Compromisso Todos pela Educação*”. A proposta faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007.

A execução do PAR vem sendo realizada em regime de colaboração da União com os entes federados, valendo ser ressaltado que a elaboração do PAR de cada município foi feita com base em diagnóstico de caráter participativo, cujo formato obedeceu ao Instrumento de Campo (MEC, 2008) para permitir a análise compartilhada do sistema educacional nas dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos.

A preocupação com a qualidade da educação, no Brasil, segundo Castro (2009), vem desde os primórdios do sistema educacional. Oliveira e Araujo, citado por Castro elenca:

...três momentos bem distintos da educação brasileira, nos quais os conceitos de qualidade despertaram o interesse das políticas educacionais e a luta dos educadores. O primeiro, diz respeito à expansão do ensino (1930-1970); o segundo é caracterizado pela ampliação quantitativa da educação (1980) e o terceiro ligado à aferição de desempenho (de 1990 até hoje) (CASTRO, 2009: 23-24).

Nas décadas mais recentes, a preocupação com o desempenho, expressado na eficiência e eficácia na gestão, como um indicador de qualidade, ressalta a importância dada à gestão da educação nas políticas educacionais. Observa-se no PAR um nível de detalhamento da dimensão gestão educacional bastante ampla. Além da Gestão Educacional; Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos são as dimensões do PAR.

O investimento na melhoria da qualidade da educação foi ampliado a partir da participação do Brasil em avaliações que consideram os indicadores educacionais na qualidade de vida da população. Dentre esses indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano, onde o Brasil foi classificado como médio, e os desenvolvidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/PISA).

O principal foco do Pisa são as questões de políticas públicas, buscando responder:

“Até que ponto os alunos próximos do término da educação obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade? As escolas estão preparando os alunos para enfrentarem os desafios do futuro? Quais estruturas e práticas educacionais maximizam oportunidades para alunos que vêm de contextos pouco privilegiados? Qual a influência da qualidade dos recursos das escolas nos resultados alcançados pelos alunos? (Relatório PISA)”

Há, portanto, um direcionamento para a formação básica em questões que estejam relacionadas à convivência em sociedade, o estar no mundo e a construção futura. Conteúdo como o rendimento em Leitura e Ciências são considerados básicos nessa avaliação. O Brasil vem incorporando essas preocupações nas políticas educacionais vigentes.

Em 2000 o Brasil se comprometeu com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a alcançar metas até 2015. Na área de educação, o Objetivo 2: Universalizar a educação primária, cujo principal desafio é assegurar a todos os jovens brasileiros a conclusão do ensino fundamental traz muitos desafios para a educação. O relatório de acompanhamento (2010) destaca a participação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do IDEB no alcance da qualidade educacional e das metas traçadas pelo país.

## **2 Metodologia da Pesquisa**

A presente Pesquisa exploratória buscou analisar os discursos das secretarias municipais de educação das regiões Norte e Nordeste, na pressuposição de que os seus enunciados vêm estatuidando a qualidade social da educação básica. Igualmente procurou identificar e analisar, nas vozes de dirigentes municipais, *os sentidos* que esses atores sociais vêm construindo sobre qualidade social da educação básica, nas suas práticas, a partir da mobilização do MEC para a apresentação e execução dos PAR.

Para GIL (2002), a pesquisa exploratória “tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p.42).

Nessa perspectiva, a Pesquisa tentou responder as seguintes perguntas: a) Quais sentidos sobre qualidade educacional estão sendo produzidos no cenário da política pública educacional vigente? b) Quais sentidos estão sendo produzidos sobre gestão educacional, formação de professores e trabalhadores de educação, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura e recursos pedagógicos? c) Quais indicadores de qualidade educacional (indicados no PDE) são considerados válidos pelos municípios e quais indicadores não foram considerados?

Para a pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada junto aos gestores onde procurou-se identificar o momento em que esse discurso passa a ter maior significância social. Nesses termos, a utilização do método de análise próximo da *arqueologia do saber* buscará dar conta da análise do discurso da qualidade social da educação considerando-o interna e externamente a fim de que se possa estabelecer as condições de possibilidade desse discurso e das práticas discursivas, e identificar “os efeitos de verdade produzidos pelos discursos” (MACHADO, 1981, p. 14). Buscou-se ainda, compreender os significados, os valores, as atitudes e a linguagem incorporadas por eles/as em relação à proposta e ações do PAR no município.

Sob essa abordagem, o discurso foi analisado sob dois recortes: a função enunciativa e as regularidades enunciativas: homogeneidades e oposições intrínsecas.

Este artigo é um recorte de um estudo em profundidade com base em entrevista e grupos focais com os principais atores do PAR realizado em quatro municípios: um da região Norte Cametá no Pará e três na região Nordeste: Bom Conselho em Pernambuco, Itabaiana em Sergipe e Juazeiro na Bahia. A escolha desses municípios considerou a inserção prioritária no PAR, ou seja, municípios com baixo IDEB, e, neste caso, que estivessem entre aqueles considerados de porte médio.

### **3 Sentidos da Qualidade Social da Educação no Discurso dos Dirigentes Municipais de Educação**

Antes de debruçarmos sobre a análise do discurso dos dirigentes municipais, vale ressaltar o período de realização da pesquisa, que coincidiu com a proximidade das

eleições municipais, portanto, um período de muita movimentação nos municípios, com a presença de debates sobre a gestão municipal e a incerteza sobre a continuidade das equipes na gestão. Esse cenário contribuiu para que os secretários expressassem suas idéias, anseios e angústias durante suas gestões e se colocassem na condição de profissionais que poderiam ou não estar voltando para seu cargo de origem, seja como professores, diretores de escola ou outro.

Para Silva (2009), a concepção de qualidade, de origem inicial na economia, vem sendo incorporada a educação, principalmente pós 1990, tendo maior difusão nas políticas educacionais, com o documento intitulado *Prioridades y estrategia para la educación* do Banco Mundial. Essa origem econômica limita a concepção de qualidade da educação. Para a autora, a concepção de qualidade deve considerar fatores externos (socioeconômicos, socioculturais, financiamento público adequado, compromisso dos gestores centrais) e fatores internos:

... organização do trabalho pedagógico e gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares (SILVA, 2009, p. 224).

Dentre os discursos dos gestores, destacaremos alguns que revelam com mais ênfase a compreensão destes sobre a qualidade social da educação buscada e incorporada na gestão municipal.

Os discursos possibilitaram revelações sobre a compreensão do papel da educação como política de Estado: “A minha gestão é impessoal, aliás, o município é impessoal, a gestão não, é pessoal. Eu estou gestora e amanhã é outra gestora, mas o município continua o mesmo, os problemas pontuais continuam os mesmos.”

Os dirigentes entrevistados têm formação superior com pós-graduação *lato sensu*. Alguns com experiência anterior na área de educação - como professores(as) ou dirigente municipal, outros com experiência em atividades em outras áreas como: assistência social, comércio, administração.

## **Concepções de qualidade de educação a partir da compreensão dos(as) gestores**

A compreensão dos gestores sobre qualidade social de educação foi expressa nas entrevistas sobre vários enfoques. Para um olhar mais aprofundado, esse conjunto de idéias foram agrupados em blocos.

### **Qualidade da educação está relacionada com o *Compromisso dos professores***

O compromisso do professores relaciona-se, segundo os(as) gestores com a identificação com o trabalho, com o cumprimento do horário de trabalho, ao prazer em trabalhar.

”Educação boa é quando o professor quer fazer educação, se identifica com o que faz de forma coletiva, não precisa ser cobrado – faz por compromisso”.

“Você tem a sua jornada em sala de aula, chegar dez minutos antes de entrar, tomar um copo de água fazer do seu trabalho uma coisa prazerosa”.

Tratar bem as crianças é, também para estes, um aspecto da qualidade educacional:

A gente percebe a felicidade do pai que o filho está comendo direitinho, o professor está sendo mais atencioso, o professor não está atrasando, entendeu? O professor veio na minha casa com o meu menino. Porque nele é estimulado, o professor é estimulado a fazer todas essas questões e o diretor também.

Manifestam a opinião que “a qualidade da educação é dada na escola”, assegurada por toda equipe “consciente da importância da educação (...); que trabalha num setor que é essencial para o desenvolvimento de um país, de um estado e de um município, que é a educação”. Um dos entrevistados lembra sua experiência em uma escola na qual “as pessoas que estavam lá, elas de fato queriam fazer educação”. O compromisso com a educação, na sua ótica, supera inclusive as questões relacionadas a localidade e infraestrutura da escola: “Era uma escola pequena de periferia e existia união muito grande, uma doação muito grande das pessoas com aquela comunidade, então não fazia muita diferença”.

### **Democratização da gestão e controle social**

No aspecto *democratização da gestão* os secretários entendem que trabalhar democraticamente é estar aberto a discutir com a sociedade, com os pais, com os alunos e com os professores, a melhor metodologia para educação para as crianças:

“Discutindo, por exemplo, ética, moral e qualificando e preparando, dando condição para que esse profissional pudesse crescer, avançar”.

O controle social pode vir da comunidade:

Eu tenho certeza que na hora que o transporte escolar deixar de apanhar o aluno porque o prefeito não pagou, eles não vão ficar calados, porque eles vão saber denunciar. Na hora que o professor está fazendo pouco caso daquela criança que chegou: mãe, a minha sala é uma bagunça – você sabe que tudo eles contam em casa – eu não consigo aprender. A mãe vai à escola e vai dizer: professor, o que está acontecendo. Diretora eu quero o meu filho aprendendo. A gente já está sentindo isso hoje, hoje a gente já sente isso. A escola que melhorou e aquela que está muito próxima: não estão dando certo, a comunidade está cobrando.

O controle social é visto também como uma ação do Ministério Público, e por esse motivo, ele é chamando para resolver os problemas associados ao que a escola entende ser violência social ou comportamentos fora das regras sociais. Uma das dificuldades está, entretanto, no que as escolas identificam como violência doméstica, como é o exemplo apresentado de duas crianças, irmãs, com pais separados, mãe alcoólatra, e que “são as terroristas da escola” (sic!). Aí a mãe diz: eu não posso com elas (...). Aí, enquanto a mãe que é mãe não pode, eu, enquanto escola, vou abandonar a criança?”

Outra situação apresentada como questão a ser resolvida pelo Ministério Público diz respeito à sexualidade:

[...] quando uma criança de 13 anos é vista “com outra coleguinha dentro do banheiro e querendo agarrar a menina (...). Você foi procurar a família, não existe (...). Uma terrorista” (sic!). Acrescenta: [...] embora tenha esse comportamento, ‘a menina está com média que ela foi aprovada em todas as matérias (...). Mas ela tem uma índole que precisa ser trabalhada’.

Embora temas como educação sexual, do trânsito, dentre outros tenham sido incorporadas ao conteúdo programático, percebe-se, no discurso dos dirigentes, a dificuldade da escola em lidar com essas questões bem atuais e, para suprir essa deficiência, a importância do controle social.

### **Comprometimento dos conselhos tutelares**

É preciso formar o diretor da escola para que ele possa entender que “precisa ter a parceria com os Conselhos, com as unidades executoras”.

Os conselhos são vistos, portanto, como atores importantes para que a escola cumpra seu papel social.

## Gramática da estatística

Nos enunciados dos dirigentes é visível que a *linguagem estatística* é um saber importante para medir, aferir essa qualidade:

[...] a nossa taxa de escolarização líquida de 6 a 14 anos do ensino fundamental, ela saiu de 81% para 97%, o percentual de adolescentes de 14 a 15 anos, passou para 27,1, ou seja, a distorção idade-série diminuiu consideravelmente, foi um grande problema na rede pública, não é? A distorção de idade-série do ensino fundamental de um (?) caiu de 42% para 17%. São dados assim que a gente se sente feliz. A taxa de abandono escolar do ensino fundamental que era de 13% baixou para 6.9%.

O domínio dessa linguagem parece ser inclusive, importante para se contraporem às estatísticas apresentadas nas avaliações externas, e uma condição de autonomia em relação à avaliação de suas redes, conforme diz um dos secretários: “[...] na estatística que nós fizemos em 2007, (...) não houve aquele número muito grande de menino de repetência que estava naquela estatística de defasagem da idade/série. Então eu quero crer que o nosso município está no caminho da gente”.

### *A formação de professores e a qualificação de trabalhadores da educação*

Os(as) secretários(as), quando dizem, por exemplo, que as: “ações voltadas para a capacitação do servidor, da merendeira, do vigilante, do servente” são uma questão básica para melhoria da educação e um caminho “por onde nós tínhamos que começar a consertar a educação”.

Apontam como *impedimento da qualidade da educação* as “limitações na formação dos professores” e por esse motivo, entendem a formação continuada como sendo fundamental, pois, “às vezes a gente vai por um caminho porque não teve opção, então vou seguir por aqui, eu vou embora pra cá”.

Demonstram especial preocupação com os professores das áreas rurais, ribeirinhas: “a formação e qualificação da nossa mão-de-obra que é nossa maior preocupação. O nosso professor lá da área ribeirinha e na área rural é deficitário”. Ressaltam, no entanto, o importante papel da Rede Universidade Aberta (UAB) como uma oportunidade de romper com o déficit na formação desses professores, em alguns casos leigos, em outros, não. Esta é apontada como solução para a falta de preparação de professores no meio rural. Por outro lado, a formação sugerida é “a semi presencial de professores para superação do déficit de formação”.



A participação dos professores em eventos é vista como uma possibilidade interessante para a sua formação: “[...] muitas pessoas viajaram para congresso fora - em Salvador, em São Paulo, no Rio, em Brasília, sempre a gente oportunizou as pessoas”.

Um dos secretários faz questão de mostrar como as redes municipais estão investindo na formação dos professores: “Olhe 90% da rede do nosso município tem graduação, (...) na faixa de uns 50% tem pós, mais de uma pós-graduação. E nós já temos alguns que estão concluindo mestrado”.

Consideram importante nessa formação, a socialização de boas experiências entre os professores: “Por que se na escola está tudo direitinho, o rendimento da escola está bom? Porque o professor socializa o que ele está aplicando, o que aprenderam no processo de formação”.

A formação dos professores é proposta numa perspectiva holística, sistêmica, assim explicitada no depoimento de um dos secretários:

[...] trabalhei no Eu do professor, pessoas holísticas, que trabalham com holísticas, fizemos uma capacitação para trabalhar o eu, a minha personalidade, o meu estresse, a minha identificação com a minha profissão. Nós trabalhamos; agora no mês de julho ‘vamos passar, vamos dividir agora a parte pedagógica ensino-aprendizagem que está esperando resultado’. Nós vamos trabalhar o ser humano, a minha individualidade, o meu eu que está um pouco esquecido.

No âmbito da educação básica, os secretários destacam particularmente a qualificação dos professores da educação infantil: “Em todas as creches nós temos assim: pedagogo lá dentro trabalhando”.

A qualidade da educação para eles, está implicada com o *conhecimento e uso da internet* para acessar informações, como instrumento de inclusão, conhecimentos instrumentais e valorização profissional.

Formação e valorização profissional incluem, neste discurso, a melhoria das condições de trabalho. No entanto, reconhecem que a inserção de professores em mais de uma rede, como estratégia de sobrevivência, compromete a qualidade de vida e do trabalho pedagógico, assim como a falta de qualificação: “[...] é muito importante formar e qualificar o nosso quadro de pessoal, com uma boa remuneração, valorizando, pagando bem e preparando ele”. Defendem que com a remuneração, mas principalmente “com preparação, ele vai ter condição de desenvolver melhor essa

atividade lá na sala de aula, por em prática propostas didáticas, que talvez ele não tenha nem conhecimento da sua existência.”

### **Avaliação e uso da tecnologia**

No aspecto da *prática pedagógica* na escola defendem que “a avaliação e uso da tecnologia são fundamentais”. A avaliação é vista como instrumento de controle da qualidade educacional:

“Ele [o professor] tinha aquela ansiedade de dar aqueles conteúdos, mas esquecia da parte fundamental, que é avaliação do que está sendo dado e a tecnologia, como a inclusão ao conhecimento social, dado que ‘eles [os alunos] são da geração tecnológica’.”

Esse discurso vem reforçar um déficit percebido pelos dirigentes na avaliação educacional e no uso das tecnologias atuais, fundamentando a necessidade de uma capacitação permanente.

### **Visão sistêmica da educação**

Visão sistêmica da educação municipal e da escola - responsabilidade de todos os profissionais que estão na escola. Município e escola como um organismo de integração em prol da educação, desde que “[...] a escola é o conjunto de todos”, e “a educação só é educação [se for] o conjunto de todos”:

[...] se tiver o vigilante, a merendeira, o servente, o diretor, o secretário da escola, o diretor, o professor, o aluno e mais importante do que tudo isso, as famílias, que se esse aluno está na escola todo esse pessoal que está em volta dele e ele chega lá na base que é a condição fundamental, aí termina não chegando, não disponibilizando um tempo para (...), você não vai sentar para estudar.

Essa *visão sistêmica da educação* é percebida também em outras falas dos secretários, como por exemplo, na que se segue:

A educação não é só professor e aluno e aluno professor, não; é o conjunto do todo que respinga no ensino-aprendizagem. Quando eu vejo que essas ações saem das mãos do governo, dos governos e colocou na mão do gestor municipal, então hoje você tem o PINATE que paga o transporte escolar. Então o professor muitas vezes ele está chegando nove horas, oito e meia na escola que eu resido na sede e estou indo para a zona rural, e eu vou a pé ou quando consigo o transporte. Não, você tem transporte definido para lhe levar e trazer. Então é um ponto positivo. Você tem uma merenda escolar que se bem aplicado, se o gestor usar, dá e sobra. E é alimentação de qualidade.

...eu lembro que umas duas vezes um funcionário disse: professora, mande tirar o agente da portaria porque ele está tratando mal as pessoas na porta. Então assim, esse

sentimento de que aqui é o lugar onde as pessoas que fazem educação, aqui é o lugar onde as pessoas precisam ser bem tratadas.

Relevância a *participação da família* no cotidiano da escolar, vista como um reflexo da democratização da gestão escolar e do processo de responsabilização com a qualidade social da educação: “[...] sem a família a defasagem é muito grande”, pois há “necessidade de um maior compromisso dos pais com a educação dos filhos”.

A *participação* dos pais está relacionada também à “[...] a democracia escolar, a abertura para o pai chegar e participar da escola, (...) que leva ele a ter um compromisso com a educação do filho dele”. Até porque no entendimento dos secretários é que “às vezes a coisa [o problema] está lá dentro de casa, não está dentro da escola. É uma discussão num âmbito maior (...), e fica muito “ah é culpa do governo”, fica só jogando a culpa no governo e nem é”.

### **Ordenamento territorial**

É no contexto da *prática pedagógica* que se posicionam sobre a melhoria da qualidade da educação das escolas das áreas rurais, sob a justificativa da desigualdade das condições de educação entre as áreas urbanas e rurais. Aqui aparece o discurso do ordenamento territorial: “A desigualdade nas condições e qualidade gera problemas. Eles estão chegando aqui muito fraquinhos e está dificultando o trabalho do nosso profissional aqui na sede”.

Essa desigualdade entre urbano e rural é percebido em todos os discursos dos dirigentes, comprometendo a qualidade da educação local.

### **Infraestrutura**

A dimensão infraestrutura, nos enunciados dos secretários de educação, representa um significativo indicador da qualidade educacional: “A infraestrutura tanto possibilita o acesso à informação, a programas, oportunizando o acesso a formações, a pesquisa, como pode ser limitador, dificultando inclusive na qualificação dos professores”. Nesse aspecto, quando dizem que “esse conceito que se aprende ou ensina debaixo de um pé de árvore não combina comigo”. Para eles, só se justificaria um trabalho sem uma boa infraestrutura se acontecesse “um terremoto, um maremoto ou um desabamento do prédio e eu não tenho como ensinar as crianças, pega um pedaço de lona e bota nas proximidades”. Insistem que “você tem que ter espaço decente com toda estrutura que uma escola precisa. Então a rede física precisa ser melhorada. Por quê?

Porque estimula. (...) A rede física com sua estrutura é fundamental”. Em síntese, “[a infraestrutura] é tanto uma necessidade de valorização social, como contribui com a auto-estima do professor” .

A infraestrutura é também tratada como uma condição para *melhoria da educação nas áreas rurais*. Aqui se identifica a associação aos enunciados do ordenamento territorial na política educacional. Defesa da “[construção] de escolas rurais”; melhoria da qualidade do transporte escolar: “O transporte está associado à qualidade, à segurança do aluno e do professor, ao cumprimento do horário, à qualidade das condições de trabalho”. Justificam afirmando que “a secretaria está insatisfeita, o pai do aluno está insatisfeito porque quebra o carro, quebra o carro é ruim e não sei o que, o motorista do ônibus acha que está ganhando pouco. Todo mundo está insatisfeito”; e que 80% dos professores residem na sede, é o transporte que leva e apanha.

Na política de melhoria da infraestrutura, entretanto, é que os secretários de educação percebem com mais clareza a importância do PAR, pois, dizem: “[...] com o PAR, com a nossa adesão ao PAR, essas escolas que não tem estrutura, elas ganhariam essa estrutura (...) e a melhoria de condições de funcionamento para essas unidades escolares”.

Conforme se pôde observar em linhas gerais, o discurso de política educacional dos secretários/as não somente incorpora uma boa parte do discurso da política nacional, como coincide com a proposta do MEC em termos de compreensão do que seja uma educação de qualidade.

### **Considerações**

Os/as Dirigentes Municipais de Educação incorporaram uma boa parte do discurso da política nacional, podendo ser observado na compreensão que os mesmos têm de uma educação de qualidade.

Há uma convergência no entendimento do que seja qualidade da educação: educação para formar o cidadão; educação inclusiva; educação para formar para vivência democrática; educação associada aos processos de autonomia, de participação social, de controle social e de responsabilização social. Enfim, uma aproximação com a perspectiva de uma educação republicana.

As idéias de participação da comunidade, responsabilização social inclusive do ponto de vista do controle social, apresentam-se nos enunciados.

A educação de qualidade é reconhecida como aquela que está voltada para a escolarização, processo importante, contínuo, que vai da pré-escola ao ensino médio, da alfabetização à escolarização de pessoas jovens e adultas. As universidades são vistas como responsáveis pela qualidade da educação básica com a formação inicial e continuada dos professores, de forma presencial e a distância. Há dessa forma, o predomínio de uma visão holística, característica do discurso pedagógico da *educação sistêmica*.

O desenvolvimento da educação pressupõe a superação de desigualdades nas formas de atender as escolas do ponto de vista das regiões do país, mas principalmente, de enfrentar as desigualdades entre as escolas rurais e urbanas. Esse enfoque se apresenta no discurso do PDE como *ordenamento territorial*, mas no enfoque dos municípios, embora o seu conteúdo esteja presente nos enunciados dos sujeitos da educação, quando falam das escolas das áreas rurais, o conceito não é utilizado.

Os enunciados derivados trazem à tona a existência de consensos no discurso educacional, pelo menos do ponto de vista da retórica: gestão democrática, autonomia da escola, escola com abertura à comunidade, participação da comunidade, educação com foco no aluno, educação para democracia.

A qualidade da educação está condicionada no discurso do MEC, no contexto do texto, ao tratamento das quatro dimensões: gestão democrática, formação de professores e trabalhadores da educação, prática pedagógica e avaliação e infraestrutura e recursos pedagógicos. Já no âmbito dos *grupos institucionais* pesquisados (contexto da prática), há um entendimento que a qualidade da educação está condicionada a procedimentos prioritários em relação às dimensões do processo educativo, sendo para os(as) secretários(as) avaliação e controle social.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Compromisso todos pela educação: passo a passo*. Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instrumento de Campo. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Orientações Gerais para elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE/Nº 029/ 2007. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência

financeira complementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. Brasília, DF, 20 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília. IPEA. 2010

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola *in*: Política educacional: gestão e qualidade do ensino/ Magna França e Maura Costa Bezerra (orgs.) ... [et all]. – Brasília: Líber livro, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber*. A trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

INEP. PISA 2000 Relatório Nacional. Brasília. 2001. mimeo. 89 pág.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações *in*: Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/04/2010.